

## Notas Metodológicas

O sistema de indicadores que compõem o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS foi criado a partir da solicitação, em 2000, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo à Fundação Seade, para a construção de indicadores que expressassem o grau de desenvolvimento social e econômico dos 645 municípios paulistas.

Esse indicador acompanha o paradigma que sustenta o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que pressupõe a insuficiência da renda *per capita* como o único indicador das condições de vida de uma população. No IDH, além da renda, são incorporadas variáveis relativas à longevidade e escolaridade, adicionando assim as condições de saúde e de educação das populações, o que resulta na geração de um indicador mais abrangente sobre condições de vida.<sup>1</sup>

Nesse sentido, procurou-se construir, para o Estado de São Paulo, um indicador que preservasse as três dimensões componentes do IDH – renda, escolaridade e longevidade –, mas com certas especificidades. A primeira, e mais importante, consiste na construção de uma tipologia de municípios que permita identificar, simultaneamente, o estágio de desenvolvimento de um determinado município nas três dimensões consideradas. Em segundo lugar, buscou-se incluir variáveis capazes, na medida do possível, de captar mudanças nas condições de vida do município no curto prazo, no sentido de acompanhar mais freqüentemente a evolução da situação socioeconômica dos municípios. Em terceiro lugar, e como consequência da anterior, o IPRS baseia-se em registros administrativos, que satisfazem as condições de periodicidade e cobertura necessárias à atualização do indicador para os anos intercensitários e para todos os municípios do Estado. Assim, apesar de representarem as mesmas dimensões, as variáveis escolhidas para compor o indicador são distintas daquelas empregadas no cálculo do IDH.

A partir desses parâmetros, o IPRS foi composto por quatro indicadores: três de caráter setorial, que mensuram as condições atuais do município em termos de riqueza, escolaridade e longevidade – permitindo o ordenamento dos 645 municípios do Estado de São Paulo segundo cada uma dessas dimensões; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, que resume a situação dos municípios segundo esses três eixos.<sup>2</sup>

1. PNUD. *Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros*. Brasília. PNUD, 1998.

2. Em cada uma das três dimensões consideradas no IPRS, foram criados indicadores sintéticos que permitem a hierarquização dos municípios paulistas conforme seus níveis de riqueza, longevidade e escolaridade.

Porém, apesar de classificar os municípios paulistas segundo os diferentes graus de desenvolvimento presentes no Estado de São Paulo, o IPRS não respondeu integralmente às questões de equidade e pobreza existentes no interior dessas localidades. Isso porque, mesmo nos municípios mais bem posicionados nos grupos do IPRS, sobretudo os de maior porte, há parcelas de seu território que abrigam expressivos segmentos populacionais expostos a diferentes condições de vulnerabilidade social, especialmente à pobreza.

Assim, foi criado o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, que permite uma visão mais detalhada das condições de vida da população residente no município, com a identificação e localização espacial das áreas que abrigam os segmentos mais vulneráveis à pobreza. Para tanto, este último baseou-se em dois pressupostos: o de que as múltiplas dimensões da pobreza devem ser consideradas em um estudo sobre vulnerabilidade social; e o de que a segregação espacial é um fenômeno presente nos centros urbanos paulistas e contribui decisivamente para a permanência dos padrões de desigualdade social característicos dessas localidades.

Como resultado, obteve-se uma tipologia de situações de vulnerabilidade, agregando-se, aos indicadores de renda, outros, referentes à escolaridade e ao ciclo de vida familiar. Com isso, foram identificadas áreas geográficas segundo o grau de vulnerabilidade de população residente. Portanto, o IPVS baseia-se em uma combinação entre as dimensões socioeconômica e demográfica, possibilitando classificar os setores censitários em seis categorias, segundo o grau de vulnerabilidade à pobreza da população neles residente: nenhuma vulnerabilidade; vulnerabilidade muito baixa; vulnerabilidade baixa; vulnerabilidade média; vulnerabilidade alta; e vulnerabilidade muito alta.<sup>3</sup>

---

3. As informações utilizadas neste estudo são provenientes do Censo Demográfico 2000 – Universo, detalhadas por setor censitário, única fonte de dados existente em escala intra-urbana para todo o Estado de São Paulo. Os setores censitários constituem a unidade de área adotada, correspondendo à unidade de coleta do Censo Demográfico, sendo definidos como um agrupamento contíguo de aproximadamente 300 domicílios, independentemente do porte populacional do município em que se localizem.